

☐ **DÍVIDA EXTERNA**

Economistas defendem negociação única

Para Langoni e Pastore, idéia de Collor de descentralização tem de ser afastada

ISABEL DIAS DE AGUIAR

O presidente eleito Fernando Collor dificilmente conseguirá resultados positivos se levar adiante a sua proposta de descentralizar a renegociação da dívida externa. "Não existem meios de se manter entendimentos com 800 bancos ao mesmo tempo", afirmou Carlos Langoni, ex-presidente do Banco Central. "A melhor idéia neste momento é mudar de idéia", acrescentou o também ex-presidente do BC Affonso Celso Pastore.

Langoni foi quem deu início ao caminho inverso ao proposto pela equipe econômica que assessora o presidente eleito. Junto com representantes do México, num exaustivo trabalho de persuasão, uniu pequenos e grandes bancos credores num único comitê, para a primeira rodada da

renegociação da dívida externa brasileira, no final de 1982. "Foi a fórmula que encontramos para induzir os detentores de créditos de valor mais baixo a assumir os mesmos compromissos dos grandes credores e tornar possível assim a reintegração do Brasil ao sistema financeiro internacional", lembrou Langoni.

Através do Comitê de bancos estrangeiros, o Brasil conseguiu, em fevereiro de 1983, um novo empréstimo de US\$ 4,5 bilhões e suspendeu o pagamento do principal da sua dívida, comprometendo-se a pagar apenas os juros, com base na variação da libor — taxa londrina interbancária. "Em dois meses de negociação foi possível restabelecer as linhas de crédito e pôr fim à ameaça de falência do Banco do Brasil", disse. Langoni acha que o País precisa criar uma solução urgente para a atual situação de moratória não declarada, que onera as exportações e obriga o País a pagar taxas de juros elevadas por operações financeiras cujos prazos de vencimento a cada dia se tornam mais curtos.

O objetivo da negociação, segundo Langoni, deve ser a redução das taxas de juros em 40% ou 50%, "algo parecido com o que fez o México, que paga 6,15% ao ano de sua dívida, isto é, um ganho expressivo se for considerado que a libor varia entre 9% e 10%". A diferença entre a taxa real dos juros e o nível fixado para o reinício das remessas de recursos para o Exterior deve ser refinanciado por um prazo de 40 anos, com carência de 20, sugere Langoni. "É uma forma elegante de suspender uma parcela do pagamento das taxas de juros sem criar hostilidade com a comunidade financeira internacional", explica.

Pastore, como Langoni, está convencido de que a descentralização das negociações conduz "firmemente a lugar nenhum". Langoni ressalva que o Banco Central detém o monopólio das negociações com divisas estrangeiras e, com isso, não resta autonomia das empresas, estatais

Moratória atual, não declarada, onera as exportações

ou privadas, e aos Estados, ricos ou pobres, para assumir compromissos com seus credores. "Com sua proposta, Collor estará abrindo mão de um dos seus melhores trunfos, que é o poder de barganha da União", diz. Segundo Pastore, a proposta de Collor só teve o efeito "genial" de desviar a atenção das pessoas durante a campanha eleitoral. "Agora, a principal tarefa da sociedade é convencê-lo de que está errado", afirma.

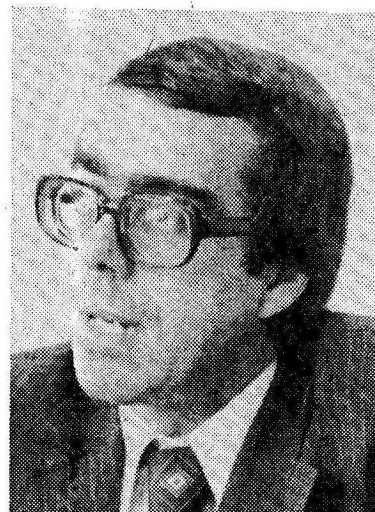
CONVERSÃO

Langoni acha que a proposta de descentralização só tem sentido se o objeto da negociação for o estoque da dívida. Essa, porém, na sua opinião, é uma questão que deve ser tratada de acordo com as regras do mercado. O ex-presidente do BC mostra-se um fervoroso defensor dos mecanismos de conversão da dívida em investimentos. Lembra que todos os argumentos utilizados pela equipe econômica do governo Sarney para suspender as operações de conversão da dívida não se sustentaram.

"Mesmo sem conversão de dívida, a inflação continuou

crescendo e atingiu o nível nunca imaginado de 1.700%. O ágio entre a taxa do dólar no mercado paralelo e o oficial também permaneceu acima de 100% durante quase todo o ano passado, o que serve para comprovar que não eram essas operações que estavam causando distorções tão acentuadas", diz.

Há inúmeras alternativas para neutralizar o impacto das conversões da dívida externa em investimento sobre a base monetária, afirmou Langoni. A mais importante é a redução do déficit público. Neste caso, a conversão da dívida pode compensar o efeito recessivo do corte das despesas públicas. O governo pode também manter os recursos provenientes da conversão (em títulos) depositados no BC e liberar os cruzados correspondentes em dois ou três anos, ou emitir títulos com vencimento a longo prazo — um bom negócio para os fundos de pensão. Outra alternativa seria sincronizar as operações de conversão com a liberalização das importações. Para Langoni, com isso o País poderia reduzir a dívida externa à metade, em cinco anos.



Langoni: caminho inverso



Kenji Honda/AE-1/5/88

Pastore: "Collor está errado"